

N. F. Nº - 232164.0059/19-0
NOTIFICADO - LÍDIA MARIA DE SOUZA DE OLIVEIRA
NOTIFICANTE - JOSÉ RUBEM DE OLIVEIRA SOUZA
ORIGEM - DAT NORTE / IFMT NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.11.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0207-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. VÍCIOS FORMAIS DE PROCEDIMENTO. Não foram observados os aspectos formais que devem revestir qualquer ato administrativo. Notificação Fiscal lavrada pela fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal não se materializa como fiscalização de mercadorias em trânsito, e sim, fiscalização em estabelecimento para verificação de fatos pretéritos. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal, a salvo das falhas apontadas. Notificação Fiscal NULA. Decisão unânime, em instância ÚNICA.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 21/10/2019, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 5.406,08**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.243,65, totalizando o montante de **R\$ 8.649,73** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Em data e hora acima, desenvolvendo nossas funções fiscais conforme programação da Inspeção de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, cumprindo Mandado de Fiscalização da IFMT/COE de nº 34979357000185-2019116, verificamos que o contribuinte, Lídia Maria de Souza de Oliveira I.E. 161721302 deixou de fazer antecipação tributária parcial Antes da Entrada deste Estado dos danfes de nºs 1125721,1245293,18847 e 491 Contribuinte desconhecido no Cadastro do RICMS/Ba. Demonstrativo de Cálculo anexo.”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **232164.0059/19-0**, devidamente assinada pela Agente de Tributos Estaduais (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); o Mandado de Fiscalização COE de nº 34979357000185-2019116, impresso na data de **17/10/2020**; 05 DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nºs 491, 012.549, 014.221, 018.847, 115.721, localizados às folhas 07 a 11, impressos na data de **16/10/2020** pela Superintendência Administração Tributária - Diretoria Planejamento Fiscalização – COE.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação, (fl. 19) protocolizada no CONSEF na data de 25/10/2019 (fl. 16).

Em seu arrazoado, a Notificada afirmou ser optante pelo Simples Nacional e declarou que uma de suas atividades é a **fabricação de artefatos diversos de madeira**, conforme registrado em sua inscrição estadual. Aduziu que, para a consecução dessa atividade, realiza a aquisição de matéria-prima fora do Estado da Bahia, com a finalidade de concluir o processo produtivo e comercializar os produtos resultantes da industrialização.

Com base no art. 2º, § 4º, alínea III, do RICMS/BA, sustentou que as operações por ela realizadas se enquadram no conceito de **industrialização por montagem**, entendida como a reunião de peças ou partes que resulte em um novo produto. Por essa razão, argumentou que as aquisições interestaduais de matéria-prima não estariam sujeitas à **antecipação tributária**, nos termos do art. 355, alínea “i”, do RICMS/BA.

Verifico não haver Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em **21/10/2019**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 5.406,08**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.243,65, totalizando o montante de **R\$ 8.649,73** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Em sede preliminar, cumpre destacar que o processo administrativo tributário deve observar, conforme o art. 2º do RPAF/BA (Decreto de nº 7.629/99), os princípios da legalidade, verdade material, ampla defesa e devido processo legal, sendo que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento do crédito tributário configura ato vinculado, cuja prática exige da autoridade fiscal o estrito cumprimento da legislação tributária vigente, sob pena de responsabilidade funcional. Ademais, o art. 20 do mesmo regulamento prevê expressamente a possibilidade de decretação de nulidade, de ofício ou a requerimento da parte, quando verificados vícios que comprometam a legalidade do ato fiscal.

No caso em exame, constata-se a existência de vícios jurídicos intransponíveis que comprometem a validade do lançamento, em especial no que tange à forma de constituição do crédito tributário, que não observou os elementos formais e materiais exigidos pela legislação de regência. Tratando-se de ato vinculado, o lançamento deve ser precedido de procedimento fiscal regular, com observância rigorosa dos atos preparatórios previstos na legislação aplicável.

Consta nos autos o Mandado de Fiscalização COE de nº 34979357000185-2019116, impresso na data de **17/10/2020**, bem como cópia de 05 DANFES impressos na mesma data em **16/10/2020**, pela **Superintendência de Administração Tributária – Diretoria de Planejamento da Fiscalização – COE**. Esses elementos demonstram, de forma inequívoca, que a ação fiscal foi conduzida com base em **monitoramento remoto**, sem qualquer atuação presencial ou abordagem em trânsito.

Neste ponto, é essencial registrar que a Notificação Fiscal em questão foi lavrada por Agente de Tributos Estaduais lotado na IFMT NORTE, utilizando-se do modelo “Trânsito de Mercadorias”, embora o procedimento fiscal tenha decorrido, de fato, de atividades internas da Central de Operações Estaduais (COE), que se valeu de software para monitorar operações e identificar possível ICMS a recolher. Ou seja, o crédito tributário foi constituído com base em elementos extraídos de sistemas informatizados, relativos a fatos pretéritos, sem qualquer contato direto com a mercadoria ou seu transportador.

Há de se sublinhar que a fiscalização do ICMS compreende duas linhas claramente definidas com base na natureza e na temporalidade dos fatos apurados. Uma dessas vertentes contempla a

fiscalização imediata de operações em curso, como ocorre no trânsito de mercadorias, em que a constatação de uma irregularidade enseja a lavratura do Auto de Infração ou da Notificação Fiscal – Trânsito de Mercadorias, com abordagem física do transportador. A outra vertente, por sua vez, é aquela em que a equipe fiscal realiza exames sobre fatos pretéritos, com base em elementos informatizados, documentos fiscais e cruzamentos sistêmicos, o que configura verdadeira fiscalização em estabelecimento — ainda que este esteja fora da jurisdição baiana — devendo, nesse caso, ser precedida dos atos formais previstos nos arts. 28 e 29 do RPAF/BA, como Ordem de Serviço, Termo de Início de Fiscalização, intimações e prazo regulamentar. A indevida adoção do rito de trânsito para apuração remota e pretérita configura vício formal grave, por incompatibilidade entre o tipo de ação e o instrumento jurídico utilizado.

A adoção de procedimento fiscal incorreto compromete a validade do lançamento, por ofensa direta aos princípios da legalidade (art. 142 do CTN), do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. Ademais, impede o exercício da denúncia espontânea (art. 138 do CTN), ante a ausência de delimitação formal do início do procedimento.

Diante do exposto, resta caracterizada **nulidade absoluta do lançamento**, nos termos do art. 18, II, do RPAF/BA, por preterição do direito de defesa, sendo inviável a convalidação do vício identificado, recomendando, nos termos do art. 21 do mesmo regulamento, a **renovação do procedimento fiscal**, com observância das formalidades legais pertinentes ao tipo de ação fiscal adequada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar NULA, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal **232164.0059/19-0**, lavrada contra **LÍDIA MARIA DE SOUZA DE OLIVEIRA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA